

# ATUALIDADE ECONÔMICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Ano 12

Nº 38

Julho/Dezembro 2000

---

---

## CONTEÚDO

**O Comportamento do Emprego Rural no Estado de Santa Catarina nos Anos Recentes.**

*Lauro Mattei.*

1

**Redirecionando as Políticas de Emprego: A Vez do Microcrédito.**

*Carmen R. Ortiz G. Gelinski*

4

**A Economia Catarinense Rumo a um Novo Século: “Uma Proposta para a Retomada do Desenvolvimento Industrial”.**

*Idaulo José Cunha.*

8

# O Comportamento do Emprego Rural no Estado de Santa Catarina nos Anos Recentes<sup>1</sup>

*Lauro Mattei*

Pesquisador do IE/UNICAMP e bolsista Recém-Doutor pelo CNPq junto ao Dep. de Economia da UFSC.

As transformações estruturais em curso no sistema capitalista provocaram impactos diretos sobre o emprego, fazendo dele um dos temas de maior relevância das sociedades contemporâneas. Isto porque o desemprego deixou de ser um problema específico de um determinado país e ganhou uma dimensão global, sobretudo após as graves crises econômicas que afetaram a maior parte das economias mundiais.

No caso específico do Brasil, o processo de estagnação econômica das últimas décadas provocou efeitos bastante negativos sobre o mundo do trabalho. Assim, durante a longa crise que se abateu sobre a economia brasileira a partir do início dos anos oitenta, observou-se um crescimento extremamente lento do emprego formal e um correspondente aumento das relações de trabalho sem contrato formal, o que implicou em uma deterioração do próprio mercado de trabalho.

Mais recentemente, a opção por um modelo de desenvolvimento amparado na abertura da economia aos fluxos de comércio e de capital externos, tem provocado efeitos danosos sobre a estrutura produtiva do país, com reflexos negativos sobre quase todos os setores de atividade e, fundamentalmente, sobre o mercado de trabalho.

De algum modo, esse processo também atingiu a agricultura e o resultado observado é um conjunto de mudanças no comportamento do emprego agrícola, resultante das transformações que se processam no âmbito rural brasileiro. Neste sentido, o objetivo básico deste texto é discutir a evolução do emprego rural catarinense, dando destaque para as principais tendências verificadas nos períodos recentes.

## A EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES RURAIS CATARINENSES

A tabela abaixo apresenta a condição de ocupação (ocupado e não-ocupado) e a atividade principal (agrícola e não-agrícola) das pessoas de 10 anos ou mais de idade (10+) no Estado de Santa Catarina, segundo a situação de domicílio (urbano e rural).

A exemplo do que vem ocorrendo no país, observa-se que a população urbana de SC (10+) continua crescendo fortemente, uma vez que essa população passou de 1,5 milhão em 1981, para 2,5 milhões em 1992 e atingiu quase 3 milhões no ano de 1997. Especificamente na década de noventa houve um crescimento de 2,7% ao ano.

---

<sup>1</sup> - Texto baseado na tese de doutorado do autor defendida no IE/UNICAMP em outubro de 1999.

Mesmo com esse elevado percentual de crescimento, nota-se que a **população ocupada** nesta mesma situação domiciliar cresceu à taxas bem superiores (3,1%). De alguma forma, esse comportamento revela um forte dinamismo dos setores urbanos do Estado de Santa Catarina na geração de emprego.

Tabela 1.2:

Pessoas de 10 anos e mais de idade (10+), segundo a situação do domicílio, a condição na ocupação e a atividade principal. SC, 1981 a 1997 (1000 pessoas).

Situação Domiciliar e Condição na Ocupação	Atividade Principal	1981	1992	1993	1995	1996	1997	Taxa de Crescimento (% aa.)			
								1981/92 <sup>a</sup>		1992/97 <sup>b</sup>	
Urbano – População de 10+		1577	2559	2599	2757	2837	2905	4,5	***	2,7	***
Ocupado		790	1388	1427	1612	1546	1611	5,3	***	3,1	***
	Agrícola	64	98	79	89	98	85	4,0	***	-0,1	
	Não-agrícola	727	1290	1348	1522	1448	1526	5,4	***	3,3	***
Não PEA + Não-ocupados		787	1171	1172	1145	1292	1294	3,7	***	2,2	*
Rural – População de 10+		1204	1079	1084	1075	1105	1048	-1,0		-0,3	
Ocupado		770	809	792	769	772	714	0,4		-2,0	***
	Agrícola	600	629	617	567	528	501	0,4		-4,5	***
	Não-agrícola	170	180	175	202	245	213	0,5		5,6	**
Não PEA + Não-ocupados		434	270	292	306	333	334	-4,2	***	4,3	***

Fonte: NEA/IE/UNICAMP. Projeto Rurbano – Tabulações Especiais.

Notas:

a) O teste t indica se a diferença entre dois anos é significativa ou não.

b) É a estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo.

Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

c) Não PEA + não-ocupados resulta da soma da População não Economicamente Ativa com as pessoas não-ocupadas na semana de referência.

(\*), (\*\*) e (\*\*\*) indicam valores significativos aos níveis de 20%, 10% e 5%, respectivamente.

No meio rural catarinense esse quadro apresenta uma tendência bem oposta: a população rural de 10 anos ou mais de idade vem decrescendo ao longo de todo o período considerado. Isso fez com que, no ano de 1997, permanesse ao redor de um milhão de pessoas. Esse mesmo comportamento pode ser verificado para a população economicamente ativa residente em áreas rurais, a qual mostra uma tendência de queda em todo o período considerado. Isso demonstra o fraco dinamismo de geração de emprego no meio rural do Estado, o que obriga a população em idade ativa a migrar para outras localidades em busca de trabalho.

Considerando-se apenas as pessoas com domicílio rural, nota-se uma tendência de queda do número de pessoas que se **mantém ocupadas exclusivamente em atividades agrícolas**. Em contra-partida, observa-se um aumento das pessoas economicamente ativas ocupadas em atividades não-agrícolas. Isto provocou uma elevação no patamar de participação desse tipo de ocupações no conjunto do emprego rural catarinense para cerca de 29%. Além disso, é preciso destacar, ainda, que as ocupações não-agrícolas para as pessoas que continuam residindo em áreas rurais apresentaram um tendência de crescimento ao longo de todo o período considerado.

Uma outra consequência da queda da População Economicamente Ativa (PEA) agrícola é o forte aumento do número de pessoas consideradas economicamente ativas, mas que na semana da pesquisa estavam procurando emprego. Isso significa que uma parcela importante da mão-de-obra rural catarinense não consegue mais ser alocada nas atividades agrícolas, restando-lhe as alternativas de se ocupar em atividades não-agrícolas ou então migrar para outros locais e/ou regiões em busca de novas oportunidades de trabalho.

Para finalizar, pode-se dizer que o comportamento do emprego agrícola catarinense nos períodos recentes está fortemente condicionado pelo cenário macroeconômico do país. Assim, a política de desregulamentação e de liberalização dos mercados implementada a partir de 1990, bem como a nova forma de intervenção do Estado, através de suas políticas públicas setoriais, acabaram provocando efeitos diretos e indiretos sobre os níveis de emprego.

Por um lado, a abertura comercial afetou vários setores da economia agrária catarinense, em especial as culturas da cebola, do alho e da maçã e algumas cadeias de produtos de origem animal, que passaram a sofrer forte concorrência dos produtos importados. Por outro, a "guerra fiscal" deu início a um movimento de deslocamento das principais plantas agroindustriais da Região Colonial Oeste do Estado em direção ao Centro-Oeste do país, o que poderá desestabilizar o sistema produtivo regional e trazer sérias consequências econômicas e sociais.

# **Redirecionando as Políticas de Emprego: A Vez do Microcrédito**

*Carmen R. O. G. Gelinski*  
Profª Dep. Economia/UFSC

## **Introdução**

O Proger (Programa de Geração de Emprego e Renda) vem, desde 1996, concedendo recursos para micro e pequenos empreendimentos. O elevado valor médio de empréstimo concedido e a alocação desses recursos no financiamento da safra agrícola têm levado a questionar se estaria, de fato, alcançando os seus potenciais beneficiários. Este artigo analisa a mudança de rumo que vem ocorrendo com o estímulo ao microcrédito, neste ano 2000. Elenca, por último, as instituições que concedem microcrédito no Estado de Santa Catarina.

## **O Proger e a Mudança de Estratégia em Relação ao Microcrédito**

O sistema de crédito, tradicionalmente, foi direcionado para os empreendedores com capacidade comprovada de pagamento e que pudessem oferecer garantias pelos empréstimos recebidos. Isso excluía pequenos e microempreendedores da possibilidade de obter recursos para iniciar um negócio próprio.

Em 1994, soprou um vento de mudança com o lançamento do Proger dentro de um conjunto de políticas ativas de emprego mobilizadas, pelo governo brasileiro, para combater o problema do desemprego. Em termos gerais, as políticas ativas de emprego tentam modificar as condições de oferta e demanda de mão-de-obra, enquanto as políticas passivas procuram minimizar os efeitos do desemprego, como o programa do seguro desemprego. Além do Proger, integram as políticas ativas apoiadas pelo Fundo de Apoio ao Trabalhador (FAT), a qualificação profissional e a intermediação de mão-de-obra.

A criação do Proger teve por premissa facilitar o acesso aos créditos para grupos que, até então, não tinham acesso a financiamento, como o setor informal e os microempreendimentos. Juntamente com os recursos os empreendedores receberiam capacitação como forma de instrumentalizar a gestão dos negócios e garantir o retorno dos mesmos.

A disponibilidade dos recursos, entretanto, não mudou a sistemática de operação das instituições financeiras, com exceção do BNB (Banco do Nordeste Brasileiro) que, além de disponibilizar funcionários para atuarem como agentes comunitários de crédito, flexibilizou as exigências formais e as garantias. Nas outras instituições, os pretendentes ao crédito deveriam adequar-se às exigências tradicionais de garantias dos bancos. Em função disso, boa parte dos recursos foi destinada a empreendimentos de médio porte. O

elevado valor médio dos recursos emprestados pelo Proger (R\$ 4.634,00, no caso do Banco do Brasil, e R\$ 10.141,00, no caso da Caixa Econômica Federal, MTb, 1999) comprova que os beneficiários desses empréstimos dificilmente são micro e pequenos empreendimentos do setor informal, artesãos ou cooperativas populares, reais destinatários dos recursos do FAT. Além disso, quase 70% das operações e 43% dos valores estão ligadas à atividade rural, sendo que tais operações teriam fontes alternativas de financiamento.

As severas críticas feitas quanto ao destino dos recursos do Proger (Teixeira e Azeredo, 1999; Tomei, 1999) podem ter redirecionado os critérios de uso dos recursos do FAT. O BNDES, cuja carteira de empréstimos é composta em 60% por esses recursos, ampliou ostensivamente a sua política de apoio aos microempreendedores, desde o início do ano 2000.

Uma das demonstrações da mudança de rumo foi a criação do Fundo de Aval, com o objetivo de reduzir o risco das operações. A questão das garantias sempre foi, sem dúvida, o maior entrave para a concessão de recursos aos microempreendedores. O descompasso entre os objetivos sociais dos programas de geração de emprego e renda e as exigências dos bancos, que avaliam critérios puramente econômicos, parece que agora poderá ser superado. O BNDES regulamentou, em julho de 1999, o Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade (FGPC). Esse fundo tem por finalidade garantir parte dos riscos de crédito das instituições financeiras de microcrédito, nas operações com as micro e pequenas empresas. Nessas operações, empresas que utilizem recursos de até 500 mil reais poderão ser dispensadas das garantias reais. Neste caso, o FGPC assume até 80% do risco do empréstimo (os 20% restantes ficam por conta da instituição de microcrédito).

Outra das alterações foi o revigoramento do Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP) do BNDES. Embora lançado em 1996, o programa vem buscando, neste ano de 2000, operacionalizar o microcrédito e as microfinanças e quer oportunizar a formação de uma rede de instituições apta a fornecer crédito a microempreendedores formais e informais (BNDES, 2000). Dentro desse programa o BNDES divulgou, no início do ano 2000, projeto que visa apoiar organizações não-governamentais (ONG's) ou grupos de investidores privados que tenham intenções de criar ou participar de uma sociedade de crédito ao microempreendedor - SCM.

De acordo com resolução do Conselho Monetário Nacional, as instituições interessadas em oferecer microcrédito devem tornar-se Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) ou Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM). As OSCIP não têm fins lucrativos, podendo ter vínculos com o setor público e estão sujeitas a oferecer informações ao Ministério da Justiça, quando solicitadas. Já as SCM, são empresas fechadas, que podem operar com recursos de terceiros, mas não podem captar recursos do setor público (Prado, 2000).

O custo dos empréstimos para as SCM é a TJLP (menos de 1% ao mês – 10,25% ao ano) e a amortização deve ser feita em até oito anos. Em muitos casos os recursos são repassados para os microempreendedores com juros mensais de 5%. Acima, portanto,

das taxas cobradas nos bancos: Unibanco, 2,1% ao mês; Banco do Brasil 2,4 a 4,6%; Caixa Econômica Federal 4,8% (Lopes, 2000). Entretanto, os microempreendedores não conseguiriam obter recursos junto aos bancos ou financeiras. A comparação tem que ser feita com o cheque especial (em torno de 8 a 10% ao mês) ou com os agiotas (ao redor de 15%).

## **Disponibilidade de Microcrédito em Santa Catarina**

No Estado, quatro entidades têm recebido apoio do BNDES para a concessão do microcrédito: O Banco da Mulher, o Blusol e Banco do Empreendedor e, mais recentemente, o Bancri. Todas elas imitam, de certa forma, a experiência pioneira do *Grameen Bank* fundado em 1976 em Bangladesh, destinado a conceder empréstimos àqueles que não tinham acesso às fontes tradicionais de crédito.<sup>1</sup>

Com sede no município de Lages, no planalto catarinense, O Banco da Mulher visa alcançar aquela parcela da população (de ambos os sexos) que precisam recursos e que, via de regra, não tem conta bancária. Seus clientes são cozinheiras, mecânicos, costureiras e donos de pequenos negócios de “fundo de quintal”. O fundo de recursos é composto da seguinte maneira: para cada real captado na iniciativa privada, o governo municipal aporta com o mesmo valor, até o limite de R\$ 300 mil. E o BNDES, para cada R\$ 2,00 captados, contribui com o mesmo valor, até o limite de três milhões de reais.

O grande atrativo do Banco da Mulher é a possibilidade de emprestar, sem muita burocracia, valores pequenos que podem ser pagos em prestações fixas. Um empréstimo de R\$ 200,00 (ao redor de US\$ 105) pode ser pago, por exemplo, em 12 parcelas de R\$ 21,00 (US\$ 11). A inadimplência nestes empreendimentos é baixa porque a pontualidade nos pagamentos condiciona a concessão de novos empréstimos.

A Instituição de Crédito Comunitário Blumenau Solidariedade (ICC – Blusol), opera desde agosto de 1997 atendendo o município de Blumenau. Neste ano, com recursos provenientes do BNDES, a instituição deverá ampliar a sua área de operações para as regiões do Médio e Alto Vale do Itajaí. Desde a sua criação a Blusol emprestou R\$ 5.053.000,00, tendo gerado 6.044 vagas de trabalho (Blusol, 2000).

A iniciativas da Blusol e do Banco do Povo, de Porto Alegre, foram inspiradoras para a criação do Banco do Empreendedor, em março do ano 2000, em Florianópolis. O banco oferece microcrédito (de R\$ 200,00 a R\$ 10.000,00) a pessoas físicas ou jurídicas na Grande Florianópolis. A coordenação está a cargo do Badesc - Agência de Fomento S.A. Pode ser financiado tanto capital fixo como capital de giro (mercadorias, matérias-primas, máquinas, ferramentas, equipamentos, veículos, melhorias e/ou ampliações).

---

<sup>1</sup> Ver Yunus e Jolis (2000).

Já no mês de julho de 2000, começou a funcionar o Banco de Crédito Popular da Foz do Rio Itajaí-Açú (Bancri), que atende a microrregião do mesmo nome. O seu capital inicial será de 1,6 milhão de reais, tendo um aporte de 40% do BADESC, 50% do BNDES e 10% dos municípios da região.

## **Considerações Finais**

O estímulo às PMEs pode representar um aumento de postos de trabalho e a elevação da capacidade gerencial dos seus administradores. Entretanto, o apoio às atividades informais e aos microempreendimentos significa resgatar da miséria aquele segmento da população que não teria outras condições de gerar renda para garantir o sustento de sua família.

A compreensão da importância que o microcrédito tem na geração de renda está levando ao surgimento de instituições que poderão inovar ou que vêm inovando no tratamento desta clientela. Sem dúvida a ampliação de número de instituições que cuidarão do microcrédito, permitirá fugir do “monopólio” das instituições (BB, Caixa Econômica) que até então cuidavam dos recursos do Proger e das condições por elas impostas. São condições e garantias mais acessíveis para os microempreendedores. Resta avaliar, daqui a alguns anos, a efetividade dessa mudança de rumo das políticas ativas de emprego.

## **Referências Bibliográficas**

- BLUSOL. *Funcionamento do Blusol*. Disponível na internet: <http://www.blusol.org.br>, 28. Jul. 2000.
- BNDES. *Programa de Crédito Produtivo Popular*. Disponível na internet: <http://www.bndes.gov.br/atuar/popular>. Htm, 7 jun. 2000.
- LOPES, Jorge Luis. ONGs lucram com financiamento: crédito tomado no BNDES chega bem mais caro ao trabalhador informal. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 3 jul. 2000. Disponível na internet: <http://www.jornaldocomercio.com.br/Domingo/economia/materia8.htm>.
- MTb. *Avaliação sintética do PROGER no ano de 1998*. Brasília: MTb, SPES, agosto 1999.
- POSTHUMA, Caroline (org.) *Abertura e ajuste no mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade*. Brasília: OIT e MTE; São Paulo: Ed. 34, 1999.
- PRADO, Maria Clara R. M. do. A força do microcrédito. *Gazeta Mercantil*, 28 jul. 2000.
- TEIXEIRA, Aloísio, AZEREDO, Beatriz. Impacto sobre o emprego dos programas apoiados pelo FAT. In: Posthuma (1999).
- TOMEI, Manuela. Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger): Uma nova orientação em termos de políticas ativas de emprego? In: Posthuma (1999).
- YUNUS, Muhammad, JOLIS, Alan. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática, 2000.



# **A Economia Catarinense Rumo a um Novo Século: “Uma Proposta para a Retomada do Desenvolvimento Industrial”**

*Idaulo José Cunha\**  
Economista

O Estado de Santa Catarina tem sido carente de estudos e pesquisas de lavra governamental, que o tenha tratado seja como um subsistema econômico com marcantes peculiaridades no espaço brasileiro seja com fortes inter-relações com o exterior. Porém, um estudo recente, resultante da iniciativa de oito entidades estaduais de fomento industrial, constitui-se num avanço nas relações intragoverno e numa contribuição à bibliografia especializada sobre economia catarinense.<sup>1</sup> O objetivo central do estudo foi o de avaliar o processo dos investimentos das empresas catarinenses, no período 1997-2004, em busca das características e fatores determinantes e o de delinear políticas industriais. Este artigo sintetiza as etapas desse estudo desde a fixação dos objetivos, culminando com propostas de políticas industriais pró-ativas.

As informações básicas originaram-se de entrevistas com dirigentes e líderes empresariais, com base em seis seminários regionais e duas pesquisas, abrangendo um subconjunto de 197 empresas, com significativo potencial de realização de investimentos e em ampla bibliografia pertinente aos propósitos do estudo. Um dos passos iniciais foi o de configurar os marcos referenciais da economia catarinense, diante da nova ordem econômica mundial.

A crise econômica e financeira dos países em desenvolvimento e a inquestionável assimetria dos impactos da globalização na esfera dos países e regiões, tornam imprescindível que se acompanhe e se esteja atento ao processo de globalização e à maneira como nele se dá, a inserção brasileira e, nesta, os efeitos trazidos à economia catarinense.

De outro lado, o purismo intelectual ideológico, adotado por fortes correntes do pensamento econômico, na esfera da economia pode causar pesados tributos, como já ocorreu na abertura do mercado brasileiro, sob forma de desnacionalização, falência de empresas, desemprego e fragilização de setores significativos. A adesão, deliberada ou por alienação, ao pensamento expresso pelo Consenso de Washington também tem provocado paradoxos entre discurso, prática e procedimentos técnicos sobre a influência e as tendências das políticas industriais.

---

\* Ressalto as salientes participações dos Economistas Genésio Suene e Ronaldo Pereira Cunha e as contribuições e os apoios recebidos do BADESC, da CODESC, do Instituto ICEPA, da CELESC do BRDE, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento e Integração com o Mercosul, e do BESC.

<sup>1</sup> Ver Cunha (1999).

## **Desempenho da economia catarinense e o perfil e as características dos investimentos industriais**

Em relação ao desempenho da economia catarinense salienta-se que o crescimento da produção industrial, nesta década, se tem revelado inexpressivo e, apesar de ter sobrepujado a insignificante média brasileira. As exportações, que durante longo período, se constituíram em fator chave de crescimento autônomo da demanda, de válvula de escape para a inércia da economia brasileira, acusam perda de dinamismo desde 1996. Santa Catarina vem apresentando montantes de investimentos industriais inferiores aos de outros estados industrializados, notando-se diferenças acentuadas quanto ao perfil dos investimentos, segundo ramos industriais. Os investimentos assinalados pelo subconjunto de empresas objeto das pesquisas, realizados entre 1997-1999 e os previstos para os anos 2000 a 2004, totalizaram cerca de US\$ 3 bilhões. Salienta-se que a nova política cambial, adotada por pressão do mercado financeiro internacional, após janeiro de 1999, provocou uma reação favorável dos empresários em relação às decisões de investimentos e às expectativas de aumento das vendas para o mercado externo.

Na hierarquia dos investimentos, segundo setores e cadeias produtivas, evidenciam-se: metal-mecânica, com 28%; alimentar e bebida, com 22 %, e têxtil-vestuário, com 18%.

Sob o enfoque macro-regional, é claro o avanço do Norte do Estado quanto aos valores dos investimentos projetados, apropriadamente subdivididos em um elenco de atividades industriais dinâmicas, isto sem contar com os números relativos aos investimentos definidos pela USINOR. No Vale do Itajaí, persiste a tendência à forte concentração de projetos no setor têxtil, tornando-a cada vez mais dependente do sucesso da reestruturação do setor. Verifica-se a consolidação de uma moderna agroindústria na região Oeste. Contudo, este setor é o que apresenta a maior migração de investimentos para fora de Santa Catarina. Levantamentos mais recentes revelam o aumento no ritmo de drenagem de investimentos para outros estados. Uma notícia alvissareira é a de que a Grande Florianópolis passa a ocupar uma posição de relativo destaque nos prognósticos de investimentos industriais, superando o Sul do Estado, que reduziu drasticamente sua participação no total dos investimentos em Santa Catarina. A meso-região Serrana mantém vinculação a projetos de grandes firmas de processamento de celulose e papel. Na esfera local, Joinville e Jaraguá do Sul concentram os investimentos de maior envergadura no Estado, exibindo uma forte representatividade entre os valores apresentados, somando US\$ 1 bilhão, sem computar os projetos da USINOR e da planta de automóveis especiais. Num segundo plano, o eixo Blumenau – Gaspar – Brusque totalizou investimentos de, aproximadamente, meio bilhão de dólares, o que é um tanto contraditório em razão do fraco desempenho da indústria têxtil-vestuário nesta década e da frágil situação econômico financeira do setor majoritário nessa região.

Em comparação com os planos de investimento de outros Estados, no mesmo

patamar de desenvolvimento, Santa Catarina exhibe projetos relativamente modestos. O projeto da laminadora de aço da USINOR, em São Francisco do Sul, orçado em US\$ 500 milhões, alterou, pontualmente, este quadro.

### **Desestadualização das empresas catarinenses**

Tema ainda pendente de análise para avaliação dos impactos é o do célere e ininterrupto avanço da desestadualização de empresas líderes e de setores-chave do setor secundário catarinense, engendrando um novo formato empresarial, no qual multinacionais e fundos de pensão ganham peso.

Há, todavia, a percepção de que aumenta a presença de empresas estrangeiras de menor porte, em nichos de mercado, que se instalam no Estado ou demonstram intenção de avaliar a atratividade de Santa Catarina. Municípios como o de Brusque têm se revelado vitoriosos na atração de empresas de pequeno e médio portes de outras áreas do País e mesmo do exterior.

Com a nova estrutura empresarial, deve mudar a comunicação entre o Governo – por meio de suas agências de fomento – e o novo empresariado crescentemente desenraizado do Estado e partícipe de uma estratégia global. Além disso, não se deve negligenciar a comunicação com as empresas e grupos empresariais remanescentes, que ainda têm em Santa Catarina seu *locus* preferencial. Há casos concretos em que a transferência do controle acionário provocou o fechamento de centros de pesquisa e a eliminação de empregos de ordem superior, transformando grandes empresas em meras unidades de negócios.

### **Aparelho governamental e guerra fiscal**

Percebeu-se que a ação deliberada dos Estados na atração de investimentos é responsável pelo sucesso conquistado por várias unidades federativas, algumas delas em estágio de desenvolvimento inferior ao de Santa Catarina. Os estados bem sucedidos criaram um clima favorável ao desenvolvimento e aparelharam adequadamente suas secretarias de planejamento e unidades de estudos e pesquisas, além de lograrem êxito na articulação das agências estaduais de fomento e estabelecerem uma parceria virtuosa com o setor privado.

Em Santa Catarina, em 1998, houve uma reação oportuna, diante do agravamento da “ guerra fiscal”, travada pelos estados, e da iminência de um forte surto de migração de investimentos para outras unidades federativas. O mecanismo empregado foi a definição das linhas diretoras mais agressivas pelo PRODEC, resultando na quase decuplicação do valor dos projetos estimulados por incentivos fiscais.

Foram identificados projetos isolados de política setorial em Santa Catarina, como o SOFTEX-SC, que beneficia o segmento de software e é dirigido pela FIESC-IEL, porém, de maneira geral, notou-se timidez na adoção de políticas industriais no Estado.

## **Propostas de políticas industriais pró-ativas**

Um resultado inquestionável do estudo foi o de que Santa Catarina necessita adotar políticas industriais pró-ativas, visando: a) reconquistar a competitividade em bases dinâmicas naqueles setores com fragilidade competitiva e b) o fortalecimento da competitividade de setores, nos quais se salientam empresas e grupos líderes no espaço nacional e até mundial, que ainda têm Santa Catarina como principal base territorial de sustentação de seus parques fabris.

Salienta-se a importância do aproveitamento das características do modelo industrial catarinense – especialização regional do parque produtivo – para execução de programas sob as ópticas de aglomerados e de cadeias produtivas, mediante o estímulo à cooperação. No que toca às vitais condições de logística, há imperiosidade do Estado romper as barreiras e os constrangimentos que a atual dotação de infraestrutura lhe impõe.

## **Programas e projetos prioritários**

Como ponto de partida para a imediata ação governamental e o entrelaçamento com outras esferas institucionais, foram alinhados programas e projetos, que abrangem uma parcela significativa do parque produtivo catarinense.

O primeiro deles objetiva a manutenção de projetos de empresas catarinenses em seu território e a atração seletiva de projetos do exterior e de outros estados, visando ao adensamento de cadeias produtivas relevantes, à incorporação de novos setores e à reestruturação do tecido industrial catarinense.

Sob a ótica de sistemas produtivos locais, o programa de reconversão do complexo têxtil na região do Vale do Itajaí adquire elevada prioridade, visando à sua reconversão em aglomerado inovativo. No elenco das prioridades, enumeram-se os consórcios de exportação; os projetos de desenvolvimento de fornecedores e de fábricas e a implantação de um Centro de Informações Têxtil.

As cadeias produtivas de base florestal das regiões Serrana e do Planalto Norte, em razão dos avanços conquistados no mercado internacional, estão aptas a implementação de programas de adensamento dos parques produtivos e de geração de oportunidades às pequenas e médias empresas.

O complexo industrial de metal-mecânica, cujo dinamismo tem sustentado o desenvolvimento do setor secundário, tem um parque diversificado e com elevado grau de verticalização, e exhibe diversas empresas de classe mundial.

Tais atributos viabilizam o desenvolvimento de programas para as suas principais cadeias produtivas, para um melhor aproveitamento de vantagens oferecidas pela coexistência geográfica.

O setor agroindustrial é o que oferece o maior número de oportunidades de projetos de estímulos à cadeias produtivas, distribuídas em quase todas as mesoregiões. Salientam-se as cadeias de suínos e aves, nas quais o Estado se afirma no País e desponta no âmbito mundial. Contudo, as empresas desta indústria estão diminuindo

drasticamente os investimentos em Santa Catarina.

Outro programa visará à reestruturação da cadeia produtiva de cerâmica de revestimento, sobretudo para fortalecer a estrutura econômico- financeira. Ficou evidenciado, nas pesquisas sobre as experiências bem sucedidas de políticas industriais recentes, que os programas de fomento às exportações foram enquadrados no grupo de experiências vitoriosas. Portanto, esta é uma das mais promissoras oportunidades de atuação.

Como resposta eficaz ao novo desafio da indústria catarinense, é necessário a institucionalização de uma Comissão de Política Industrial para arquitetar e conduzir os projetos operacionais selecionados, em sinergia virtuosa com outras esferas de governo e do setor privado e outros atores relevantes.

### **Palavras finais**

A viabilização destas propostas está pendente de decisões na esfera político-governamental, sobretudo por parte do Governo do Estado. Com a operacionalização da Comissão de Política Industrial e a obtenção de um mínimo de consenso sobre propostas comuns entre os atores principais, Santa Catarina romperá o círculo vicioso de bloqueio à cooperação e ao pleno aproveitamentos das vantagens do seu aparato produtivo.

Chama-se a atenção para os avanços metodológicos e de conhecimentos empíricos sobre arranjos produtivos, realizados por professores do Departamento de Economia da UFSC, sobre significativas parcelas do tecido industrial catarinense.<sup>2</sup> O fortalecimento das redes de conhecimentos e de inovações locais e regionais ganhará significado, nos próximos decênios, e através delas Santa Catarina criará uma vertente de modelo econômico eficaz, sustentado em fatores dinâmicos de competitividade e socialmente mais justo.

As políticas de fomento aos sistemas locais e regionais de desenvolvimento necessitam de continuidade e de horizontes temporais de médio e longo prazos e não de ações fugazes.

### **Referências bibliográficas**

- CUNHA, Idaulo José. *A economia catarinense rumo a um novo século*. Florianópolis: CEPA-SC, 1999.
- LINS, Hoyêdo Nunes. *Reestruturação industrial em Santa Catarina: pequenas e médias empresas têxteis e vestuaristas catarinenses perante os desafios dos anos 90*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.

---

<sup>2</sup> Refiro-me aos Professores Hoyêdo Nunes Lins (ver Lins, 2000); José Antônio Nicolau, Renato Ramos Campos e Sílvio Antônio Ferraz Cário, que estão estudando os arranjos produtivos têxtil-vestuário do Vale do Itajaí e da indústria de software de Joinville, inseridos no Projeto de Pesquisa de Arranjo e Sistemas Produtivos Locais e as Novas Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico, do BNDES; FINEP e IE/UFRJ.

.....

Este boletim é uma publicação do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina.

As idéias e opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores. Comentários e contribuições, com preferência para os que tenham a economia catarinense como objeto, podem ser enviados para: Boletim "Atualidade Econômica", Departamento de Ciências Econômicas - UFSC, Campus Universitário, 88049-970 Florianópolis SC. Tel.: (48) 331-9458. Fax: (48) 331-9776, e-mail [depcnm@cse.ufsc.br](mailto:depcnm@cse.ufsc.br).

Conselho Editorial e Técnico: *Profs. Hoyêdo Nunes Lins, José Antônio Nicolau, João R. Sanson (coord.editorial), Nildo Domingos Ouriques e Roberto Meurer,*

Secretaria: *Flori Vieira dos Santos e Roberto Carlos Alves*

Revisão de português: *Vicente V.de Bona Sartor*

Apoio: *Direção do Centro Sócio-Econômico – UFSC*